

Sarney adverte MDB para risco de retrocesso

São Paulo — O presidente nacional da Arena, Senador José Sarney, excluiu ontem a possibilidade de intervenção em São Paulo, devido à decisão do Diretório Regional do MDB de não apreciar o nome do futuro prefeito da Capital paulista, até que o Congresso vote a emenda Benevides, mas advertiu para eventual "retrocesso político, fato comprovado todas as vezes em que o Congresso sofreu pressões".

O Senador não considera o episódio "um desafio à conciliação", dizendo que o MDB de São Paulo "peca apenas por coagir o Congresso". As advertências foram feitas após encontro com o Governador eleito Paulo Maluf, o presidente regional da Arena, Sr Cláudio Lembo, e ex-Governadores, entre os quais o Sr Laudo Natel. O Sr Sarney lembrou que o seu Partido ainda não conhece o texto da emenda Benevides que restabelece eleições nas Capitais.

"Ela ainda não foi apresentada. Vamos esperar, isso é ser prudente", acrescentou.

Com Maluf

Depois de conversar com o Prefeito Olavo Setúbal, o Sr Sarney foi ao escritório do Sr Paulo Maluf, para encontro ao qual compareceram alguns deputados eleitos em novembro, como o atual Secretário de Segurança, Coronel Erasmo Dias. Depois, o presidente da Arena afirmou que o seu objetivo em São Paulo era de contribuir para a unidade partidária, "já que toda unanimidade é impossível". Na sua opinião, a união do Partido "deve ser feita dentro das divergências existentes".

Na sede regional do Partido, mais tarde, explicou que a sua tarefa "é justamente a de possibilitar à Arena chegar a um programa e uma doutrina. Nosso Partido é de centro, com tendência reformista e social. E não se pode prescindir de São Paulo nessa tarefa". A entrevista do Sr José Sarney terminou sem que ele respondesse à última pergunta, referente ao Sr Leonel Brizola. Um repórter quis saber se, ao invés de se preocupar em engrossar a Arena para enfrentar o MDB, não seria mais interessante para o Governo continuar incentivando o ex-Governador gaúcho para recriar o PTB. O Sr Sarney perdeu o bom-humor e encerrou a entrevista.

Anistia e cassados

No escritório do Sr Maluf, o presidente da Arena reafirmou que o Governo pretende enviar ao Congresso um projeto de anistia política, "para uma conciliação e não para aumentar divisões", dizendo, ainda, que a Arena não pretende conversar com os ex-cassados, Sr Brizola e Arraes entre outros, como líderes do MDB vem fazendo, inclusive no exterior. "Não temos interesse em voltar ao passado", garantiu.

Feita a observação de que políticos como os dois ex-Governadores representam, de alguma forma, faixas da população brasileira, o Sr Sarney admitiu: "A Arena não deixará de falar com faixas da sociedade, pois o nosso Partido busca a realidade do país. Iremos a essas faixas, atraindo-as para a Arena, que é um Partido de centro, com tendência reformista e social".

O presidente nacional da Arena disse que o MDB tem usado "dois pesos e duas medidas", quanto à aprovação dos prefeitos das Capitais. "No Rio Grande do Sul, ao contrário de São Paulo, não se fechou questão. A Arena está disposta a conciliar, estendendo a mão. Mas, primeiro, ela quer ouvir e, depois, falar". Disse que o processo de conciliação política importa num "projeto global", mas perguntado se o Governo pretendia apresentar um projeto desse tipo, ao Congresso, esquivou-se: "Essa questão de um projeto global é uma expressão de minha responsabilidade pessoal."

Novo programa

Na sede da Arena, o Sr José Sarney explicou que o seu Partido pretende estender "uma faixa de integração cada vez maior", e ao fazer referência à tendência reformista e social da Arena, excluiu "qualquer carga ideológica de direita ou esquerda. Trata-se de um Partido de centro, reformista, para não ser um Partido conservador". Defendeu um programa partidário dinâmico e objetivo, afirmando que o seu corpo doutrinário, "este sim, tem que ser fixo e permanente. Nossa programa não pode ser vago".

Negou que a Arena não vem cumprindo o seu próprio programa, sobretudo na parte referente às eleições diretas. "Nos temos defendido o programa do Partido, mas devemos lembrar que estamos numa nova realidade. Até 31 de dezembro vivímos num regime que tinha Atos Institucionais".

Permitido a emenda do Senador Franco Montoro (MDB-SP), disse: "Ela foi um golpe legislativo pelo qual o MDB queria destituir os governadores já escolhidos." Negou igualmente que o pacote de abril tenha sido um golpe legislativo, afirmando que ele não partiu do Congresso. "Foi uma decisão revolucionária", disse.